



MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS MINAS GERAIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato nº **046/2019**

Processo nº **026/2019**

Pregão Presencial nº **018/2019**

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS – PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.616.836/0001-88, com sede administrativa no endereço sito à Rua Tabajara, 297, centro, Oratórios, Minas Gerais, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. JOSE ANTONIO DELGADO**, de ora em diante designado CONTRATANTE, e de outro, a empresa, **ANIBAL MARQUES APOLINARIO ME**, CNPJ:02.301.971/0001-05, com endereço à Rua Anhangá, 320 A, Centro – Oratórios/MG, por seu representante, Srº. **ANIBAL MARQUES APOLINARIO**, CPF: **686.293.206-30**, Empresário, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a Contratação Futura e eventual aquisição pães, lanches, salgados, bolos e água mineral em atendimento às necessidades do Município.

1.2 - Considera-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: a) processo licitatório nº **026/2019**, Pregão Presencial nº **018/2019** - Registro de Preços nº **018/2019**, e b) a proposta apresentada pelo contratada.

1.3 – O regime de execução do presente contrato será indireto

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

2.1 – O recebimento dos serviços/bens ficará condicionado à conferência da adequação e qualidade entregue, por pessoal da Prefeitura Municipal e o atendimento as condições, características, preço unitário e quantidade constantes da proposta, deste contrato e da requisição/autorização fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA

3.1 - Este contrato entrará em vigor pelo prazo de 12 (doze meses), contados a partir da data de sua assinatura.

3.2 – O prazo de entrega dos serviços/bens objeto deste contrato será de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data entrega, ao Contratado, da “AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/REQUISIÇÃO”, expedida pela Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS

MINAS GERAIS

4.1 - O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Oratórios, em até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da nota fiscal, desde que devidamente atestado por órgão municipal competente a execução e qualidade dos serviços executados e medidos e/ou entrega do objeto requisitado.

4.2 – O valor total do contrato é de **R\$ 136.853,00** (Cento e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais) **Observados os seguintes valores unitários:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	MARCA	V.UNITÁRIO	V.TOTAL
03	BOLO REDONDO, COM PESO APROXIMADO DE 400G. SABORES À ESCOLHER: COCO, FESTA, CHOCOLATE, MANDIOCA, LARANJA. DEVE CONTER NA EMBALAGEM ETIQUETA COM PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. -	UN	210	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	5,50	1.155,00
04	BOLO (TIPO ANIVERSÁRIO) COM DUAS CAMADAS DE RECHEIO E COBERTURA. A MASSA DEVE ESTAR COM BOA APARÊNCIA MACIA E AERADA. SERÃO REJEITADOS BOLOS MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, "EMBATUMADOS" ASPECTO DE MASSA PESADA. PESO MÉDIO 4 KG POR UNIDADE. -	KG	190	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	28,00	5.320,00
05	BOLO TRADICIONAL, COM APROXIMADAMENTE 3KG POR UNIDADE. A MASSA DEVE ESTAR COM BOA APARÊNCIA MACIA E AERADA. SERÃO REJEITADOS BOLOS MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, "EMBATUMADOS" ASPECTO DE MASSA PESADA. -	KG	680	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	15,00	10.200,00
06	MINI PIZZA, MASSA COM 7 CM DE DIÂMETRO, COM MOLHO DE TOMATE, QUEIJO, SABOR À ESCOLHER: PRESUNTO, FRANGO, CALABRESA	CT	40	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	54,00	2.160,00
07	MINI SANDUÍCHE - COMPOSTO POR UM PÃO DE BATATA OU CEBOLA DE 25G, COM RECHEIO DE PATÊ DE FRANGO	UN	2.200	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	1,90	4.180,00
08	PÃO DE FÔRMA - TRADICIONAL, EMBALAGEM COM 450G DEVENDO APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO	PC	650	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	3,0	1.950,00
09	PÃO DE QUEIJO ASSADO, PESO MÉDIO 25 GRAMAS POR UNIDADE. -	KG	350	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	18,00	6.300,00
10	PÃO DOCE: TIPO HOT DOG, PESO DE 50G CADA UNIDADE, PREPARADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL ASSADO, COM PRESENÇA DE FUNGOS, ODOR E SABOR DESAGRADÁVEL	KG	2.340,00	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	9,90	2.3166,00
11	PÃO FRANCÊS, PESO DE 50G CADA UNIDADE, PREPARADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL ASSADO, "EMBATUMADOS" ASPECTO DE MASSA PESADA, COM PRESENÇA DE	KG	5.800	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	9.690	56.202,00



MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS

MINAS GERAIS

	FUNGOS, ODOR E SABOR DESAGRADÁVEL					
12	ROSQUINHA DE NATA, DE BOA QUALIDADE, MACIA E AERADA. SERÃO REJEITADOS ROSQUINHAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, ACHATADAS E "EMBATUMADAS" ASPECTO DE MASSA PESADA, MEDIA DE 40G POR UNIDADE	KG	300	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	19,40	5.820,00
13	SALGADO ASSADO - PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 30 À 35GR. RECHEIO: CARNE, FRANGO OU QUEIJO- ESPÉCIE A ESCOLHER: MINI ESFIRRA, MINI EMPADA, PASTEL ASSADO, ENROLADINHO DE PRESUNTO E QUEIJO.	CT	85	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	80,00	6.800,00
14	SALGADO FRITO - MASSA COZIDA - PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 30 A 35G- RECHEIO: CARNE, FRANGO, QUEIJO OU MILHO - ESPÉCIE A ESCOLHER (RISOLE, COXINHA, CROQUETE DE CARNE, CROQUETE DE PRESUNTO E QUEIJO, BOLINHA DE QUEIJO, PASTEL DE MILHO	CT	85	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	80,00	6.800,00
15	SALGADO FRITO - PASTEL E QUIBE, RECHEIO: CARNE , FRANGO OU QUEIJO- PESO MINIMO DE CADA UNIDADE, 30 À 35GR - ESPÉCIE A ESCOLHER	CT	85	PADARIA E CONFEITARIA PRINCIPAL	80,00	6.800,00
TOTAL:						R\$ 136.853,00

R\$ 136.853,00 (Cento e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais)

4.3 – Mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso, os valores unitário e/ou total poderão ser atualizados monetariamente através do INPC ou mediante comprovação dos custos visando a recomposição do equilíbrio financeiro do contrato, cf. estabelecido em lei.

4.4 – As despesas com execução deste contrato correrão a contas da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.30.00.2.02.00.04.122.0002.2.0017-3.3.90.30.00.2.05.01.10.301.0003.2.0056
3.3.90.30.00.2.03.01.12.306.0014.2.0023-3.3.90.30.00.2.05.01.10.301.0003.2.0056
3.3.90.30.00.2.03.01.12.361.0014.2.0024-3.3.90.30.00.2.05.01.10.301.0003.2.0057
3.3.90.30.00.2.03.01.12.365.0014.2.0027-3.3.90.30.00.2.05.01.10.304.0003.2.0059
3.3.90.30.00.2.03.01.12.361.0014.2.0032-3.3.90.30.00.2.06.01.08.243.0016.2.0070
3.3.90.30.00.2.03.03.12.306.0014.2.0034-3.3.90.30.00.2.06.01.08.243.0016.2.0071
3.3.90.30.00.2.03.04.13.391.0011.2.0038-3.3.90.30.00.2.06.01.08.244.0015.2.0073
3.3.90.30.00.2.04.00.15.452.0002.2.0046-3.3.90.30.00.2.06.01.08.244.0015.2.0075

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 – O contratado se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - A Comissão de Fiscalização da **CONTRATANTE** acompanhará a **CONTRATADA**.

Rua: Tabajara, 297 - centro – Oratórios – MG – CEP 35439-000.
E-mail: pmo2017@hotmail.com - Telefone: (31) 3876-9101



MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS

MINAS GERAIS

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

7.1 De conformidade com o artigo 86, Lei nº 8.666/93, o atraso injustificado na execução deste Contrato sujeitará o CONTRATADO, a juízo da Administração, a multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, até 30 dias, após este prazo será cobrado juros de 1% (um por cento) ao mês.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao contratado, as seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02(dois) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas no parágrafo 1º, letra “c” e “d” desta Cláusula, às empresas ou aos profissionais que em razão dos Contratos regidos por esta Lei, nos seguintes casos: a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos; b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4 Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado na primeira parcela de pagamento a que o contratado vier a fazer jus, calculada com base nos índices estabelecidos para os débitos fiscais e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor.

7.5 Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, desta cláusula, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis de intimação do ato ao Prefeito Municipal.

7.6 No caso de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d”, caberá pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, no prazo de 10(dez) dias úteis a contar da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

7.7 A inadimplência das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte do contratado, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta.

7.8 Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos: a) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais; b) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados; c) atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados; d) paralisação dos serviços, sem justa causa ou prévia comunicação à Administração; e) a subcontratação total do objeto deste Contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE, associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do presente Contrato; f) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores; g) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas na forma do §2º da Cláusula Quarta deste Contrato; h) decretação de falência ou instauração de insolvência civil; i) dissolução de Sociedade; j) alteração social e a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato; l) protesto de títulos ou a emissão de



MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS MINAS GERAIS

cheques sem a suficiente provisão que caracterizem a insolvência do contratado; m) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato amplo conhecimento Público; n) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

7.9 Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.10 De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a : a) devolução de garantia; b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro Central da Comarca de Ponte Nova, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida por comum acordo entre as partes.

8.2 - E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em quatro vias para todos os fins de direito.

Oratórios/MG, 13 de maio de 2019

Contratante

MUNICÍPIO DE ORATÓRIOS

JOSÉ ANTÔNIO DELGADO

Prefeito Municipal

Contratado

ANIBAL MARQUES APOLINARIO ME

ANIBAL MARQUES APOLINARIO.

Empresário

TESTEMUNHA

Nome: _____

CPF/CI: _____

TESTEMUNHA

Nome: _____

CPF/CI: _____